

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2016.

COMUNICAÇÃO Nº 207/16 – TJDRJ

**DECISÃO DA “8ª” COMISSÃO DISCIPLINAR REGIONAL - CDR -
TJD/RJ**

Sob a Presidência do Auditor Dr. Celso Jorge Fernandes Belmiro, presentes os Auditores Dr. Leonardo Rocha de Almeida, Dr. Leandro Medina Maia Rezende de Oliveira, Leonardo Rangel de Carvalho Lemos e o Procurador Dr. Sérgio de Aguiar Vampre, ausência justificada do Dr. Eduardo Abreu Biondi, Dr. Jacinto Araújo de Sousa Junior, Dr. Fernando de Araújo Menezes Junior, Dr. Renato Cesar de Araujo Porto e Dr. Willian Machado Lessa, reuniu-se às 15 horas e 27 minutos do dia 17 de junho de 2016, no Auditório do Tribunal de Justiça Desportiva no Plenário Dr. Homero das Neves Freitas, situado à Rua do Acre nº 47, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, a “8ª” Comissão Disciplinar Regional, tomando as seguintes deliberações.

1) Aprovada a ata da sessão anterior;

2) Processo: nº 264/16

Denunciado: Ricardo Bovio de Souza (treinador do Goytacaz FC)

Tipificação: Art. 243-C do CBJD

Jogo: AD Itaboraí X Goytacaz FC

Categoria: Profissional – Série B

Data jogo: 15/05/2016

Representante legal dos denunciados: Dr. Fabio Menezes

Auditor relator: Dr. Celso Jorge Fernandes Belmiro

Juntada procuração pela defesa.

Testemunha da procuradoria: Alex Gomes Stefano não compareceu.

Depoimento pessoal: Ricardo Bovio de Souza – RG: 11974212- IFP/RJ

Perguntado pelo Presidente, respondeu:

“Que nunca esteve neste Tribunal na qualidade de denunciado; que tem ciência dos motivos pelo qual está aqui presente; que o árbitro não conseguiu terminar a partida e foi levado pelo policiamento do estádio ao local destinado aos vestiários das equipes; que a confusão durou aproximadamente quinze minutos; que na condição de treinador se dirigiu ao local descrito para tentar apartar a briga que de início era com o árbitro e posteriormente se estendeu à torcida do Itaboraí; que não furou bloqueio nenhum tendo se dirigido tão somente para afastar a confusão formada; que acredita que o árbitro tenha entendido como “ter furado o bloqueio policial” o fato de o depoente ter se dirigido ao seu vestiário que ficava no caminho do “bloqueio”.”

Perguntado pelo Dr. Leonardo Rangel, respondeu:

“Que em momento algum se dirigiu ao árbitro da partida, mas verificou que havia sim, por parte de vários atletas xingamentos ao árbitro; que não chegou a ser formalmente expulso da partida.”

Perguntado pela defesa, respondeu:

“Que nunca em toda sua carreira se envolveu em fatos como os aqui narrados; que nunca teve qualquer problema com o árbitro da partida.”

A douta procuradoria requereu a reclassificação para o art. 258 do CBJD.

A douta procuradoria requereu baixa dos autos para denunciar o árbitro intimado como testemunha no art. 220-A, II do CBJD.

Resultado: Por unanimidade absolvido o denunciado quanto à imputação do art. 243-C do CBJD.

3) Processo: nº 313/16

1º) Denunciado: Anderson dos Santos Silva (atleta do AA Carapebus)

Tipificação: Art. 254-A, §1º, I do CBJD

2º) Denunciado: Cassio de Almeida Monteiro (atleta do Angra dos Reis EC)

Tipificação: Art. 250 do CBJD

Jogo: AA Carapebus X Duque de Caxias FC

Categoria: Profissional – Série B

Data jogo: 28/05/2016



Representante legal dos denunciados: Dr. Marcos Veloso (AA Carapebus) e Dr. Mauro Chidid (Angra dos Reis EC)

Auditor relator: Dr. Jacinto Araujo de Sousa Junior – Redistribuído para o Dr. Leonardo Rocha de Almeida

Juntadas procurações pelas defesas.

Apresentada prova de vídeo pela defesa do Angra dos Reis EC.

Apresentada prova de vídeo no aparelho celular do advogado de defesa do AA Carapebus.

A douta procuradoria requereu absolvição em relação ao 2º denunciado.

Resultado: O relator e o presidente votaram por suspensão de 01 (uma) partida por violação ao art. 250 e o Dr. Leonardo Rangel e Dr. Leandro Medina votaram pela aplicação de 04 (quatro) partidas quanto à imputação do art. 254-A, §1º, I do CBJD. Tendo havido empate, aplicada a pena mais benéfica ao 1º denunciado de 01 (uma) partida de suspensão quanto à desclassificação do art. 254-A para o art. 250 do CBJD.

Por unanimidade absolvido o 2º denunciado quanto à imputação do art. 250 do CBJD.

4) Processo: nº 314/16

1º)Denunciado: Rodrigo dos Santos Rocha (atleta do Olaria AC)

Tipificação: Art. 258 do CBJD

2º)Denunciado: Jordan Nascimento de Araujo (atleta do Olaria AC)

Tipificação: Art. 254-A do CBJD

3º)Denunciado: Olaria AC

Tipificação: Arts. 191, I e II, 211 e 213, I e III, §1º

Jogo: Olaria AC X Duque de Caxias FC

Categoria: Profissional – Série B

Data jogo: 28/05/2016

Representante legal dos denunciados: Dr. Ronaldo Silva Souza

Auditor relator: Dr. Celso Jorge Fernandes Belmiro

Juntada procuração pela defesa.

Requerida juntada de prova documental consistente em 02 (duas) fotos do estádio, sendo a mesma deferida.

Depoimento pessoal: Jordan Nascimento de Araujo – RG: 115260687 – IFP/RJ

Perguntado pelo Presidente, respondeu:

“Que está aqui no Tribunal pela primeira vez e tem conhecimento do motivo pelo qual se encontra hoje neste Tribunal; que tendo em vista a diferença de altura entre ele, depoente e seu adversário, acredita que o



choque se deu durante a disputa de bola quando ambos empreendiam uma corrida; que o árbitro da partida se encontrava próximo ao lance e ele mesmo não viu o lance, tendo ocorrido a expulsão apenas com base na informação do árbitro assistente número um.”

Perguntado pelo Dr. Leonardo Rangel, respondeu:

“Que a bola estava em jogo, vindo em cruzamento para disputa de bola entre o denunciado e o adversário.”

Perguntado pela defesa, respondeu:

“Que disputou todas as partidas do campeonato, não tendo havido expulsão em nenhuma delas e tendo recebido dois cartões amarelos em trinta e três jogos.”

A douta procuradoria retirou a imputação dos arts. 191, I e II e 211, mantendo apenas a imputação do art. 213 em relação ao 3º denunciado.

Resultado: Por unanimidade suspenso o 1º denunciado em 01 (uma) partida convertida em advertência quanto à imputação do art. 258 do CBJD.

Por maioria suspenso o 2º denunciado em 01 (uma) partida convertida em advertência quanto à desclassificação do art. 254-A para o art. 250 do CBJD. Vencido o Dr. Leonardo Rangel apenas em relação a conversão em advertência.

Por unanimidade multado o 3º denunciado em R\$500,00 (quinhentos reais) quanto à imputação do art. 213, I e em R\$500,00 (quinhentos reais) quanto à imputação do art. 213, III, totalizando R\$1.000,00 (mil reais) afastando os arts. 191 I, II e 211 do CBJD.

Prazo para pagamento da pena pecuniária de 10(dez) dias a contar da publicação.

5) Processo: nº 315/16

1º)Denunciado: Macaé EFC

Tipificação: Art. 213, III do CBJD

2º)Denunciado: Donavan Ferreira Ibraim (atleta do Macaé EFC)

Tipificação: Arts. 250 e 258, §2º, II do CBJD

Jogo: Macaé EFC X AA Portuguesa

Categoria: Sub 20 – Série A

Data jogo: 28/05/2016

Representante legal dos denunciados: Dr. Marcelo Mendes

Auditor relator: Dr. Jacinto Araujo de Sousa Junior – Redistribuído para o Dr. Celso Jorge Fernandes Belmiro

Juntada procuração pela defesa.

Resultado: Por unanimidade absolvido o 1º denunciado quanto à imputação do art. 213, III do CBJD.

Por unanimidade absolvido o 2º denunciado quanto à imputação do art. 250 e suspenso em 01 (uma) partida convertida em advertência quanto à imputação do art. 258, §2º, II do CBJD.

6) Processo: nº 316/16

1º)Denunciado: Alexandre de Oliveira Macedo Junior (atleta do Bonsucesso FC)

Tipificação: Art. 258 do CBJD

2º)Denunciado: Matheus El-Huaik de Paula (atleta do Bonsucesso FC)

Tipificação: Art. 243-C do CBJD

Jogo: Bonsucesso FC X Madureira EC

Categoria: Sub 20 – Série A

Data jogo: 28/05/2016

Representante legal dos denunciados: Dra. Lais Mayara Silva

Auditor relator: Dr. Fernando de Araujo Menezes Junior – Redistribuído para o Dr. Leonardo Rangel de Carvalho Lemos

Juntada procuração pela defesa.

A douta procuradoria requereu reclassificação para o art. 254 do CBJD em relação ao 1º denunciado.

Resultado: Por unanimidade suspenso o 1º denunciado em 01 (uma) partida convertida em advertência quanto à desclassificação do art. 258 para o art. 250 do CBJD.

Por unanimidade suspenso o 2º denunciado em 01 (uma) partida convertida em advertência quanto à desclassificação do art. 243-C para o art. 258 do CBJD.

7) Processo: nº 317/16

1º)Denunciado: Rodrigo Andrade Perez da Silva (atleta do AD Itaboraí)

Tipificação: Art. 258, §2º, II do CBJD

Jogo: São Cristóvão FR X AD Itaboraí

Categoria: Sub 20 – Série B

Data jogo: 29/05/2016

Representante legal dos denunciados: Dra. Lais Mayara Silva

Auditor relator: Dr. Fernando de Araujo Menezes Junior – Redistribuído para o Dr. Leonardo Rangel de Carvalho Lemos

Juntada procuração pela defesa.

Resultado: Por unanimidade suspenso o denunciado em 01 (uma) partida quanto à imputação do art. 258, §2º, II do CBJD.

8) Processo: nº 318/16

Denunciado: Eduardo Soares de Carvalho (atleta do Madureira EC)

Tipificação: Art. 243-F, §1º do CBJD

Jogo: CR Vasco da Gama X Madureira EC

Categoria: Sub 15 – Série A

Data jogo: 26/05/2016

Representante legal dos denunciados: Dra. Lais Mayara Silva

Auditor relator: Dr. Fernando de Araujo Menezes Junior - Redistribuído para o Dr. Leonardo Rangel de Carvalho Lemos

Juntada procuração pela defesa.

A douta procuradoria requereu reclassificação para o art. 258 do CBJD.

Resultado: Por unanimidade suspenso o denunciado em 02 (duas) partidas quanto à reclassificação do art. 243-F, §1º para o art. 258 do CBJD.

9) Processo: nº 319/16

1º) Denunciado: Allan de Oliveira Pinheiro (árbitro da partida)

Tipificação: Art. 266 do CBJD

2º) Denunciado: Heuller Monteiro Pereira (atleta do CF Rio de Janeiro)

Tipificação: Art. 250 do CBJD

Jogo: Duque de Caxias FC X CF Rio de Janeiro

Categoria: Sub 15 – Série B/C

Data jogo: 29/05/2016

Representante legal dos denunciados: Dra. Ester Freitas (árbitro) e Dr. Mauro Chidid (CF Rio de Janeiro)

Auditor relator: Dr. Leonardo Rocha de Almeida

Juntadas procurações pelas defesas.

Depoimento pessoal: Allan de Oliveira Pinheiro – RG: 7739974 MBRJ

Perguntado pelo Presidente, respondeu:

“Que nunca esteve neste Tribunal, que há sete meses é árbitro da Federação, que frequentou todos os cursos necessários para o exercício de sua profissão; que tem ciência do motivo pelo qual se encontra no Tribunal; que procurou redigir a súmula da melhor forma possível retratando o que viu do lance narrado, que está integralmente descrito na súmula.”

Perguntado pelo relator, respondeu:

“Que além de árbitro da Federação exerce a função de militar; que durante a formação compreendeu todos os requisitos para sua profissão de árbitro.”

Perguntado pelo Dr. Leonardo Rangel, respondeu:

“Que tendo ciência da denúncia analisou novamente a súmula e entendeu que ela se encontrava de forma regular; que o lance que gerou suspensão se deu durante a partida, com a bola em jogo; que não houve atendimento médico e o atleta atingido continuou na partida; que não lançou na súmula essas informações por entender que sua narrativa da dinâmica do fato “maneira brusca” era suficiente e que na expressão utilizada ele entende que já está integralmente narrado o fato.”

Perguntado pelo Dr. Leandro Medina, respondeu:

“Que atuou como árbitro em partidas posteriores, e que nestas acredita ter havido lances semelhantes ao aqui narrado e que não houve expulsões nestas outras partidas.”

Perguntado pela procuradoria, respondeu:

“Que maneira brusca neste caso específico representa um chute no seu adversário, uma forma mais dura de jogar.”

Perguntado pela defesa, respondeu:

“Que atuou em sete partidas anteriormente a esta.”

A douta procuradoria requereu reclassificação para o art. 254 em relação ao 2º denunciado.

Resultado: Por unanimidade suspenso o 1º denunciado em 30 (trinta) dias convertidos em advertência quanto à imputação do art. 266 do CBJD.

Por unanimidade suspenso o 2º denunciado em 01 (uma) partida quanto à imputação do art. 250 do CBJD.

10) Processo: nº 320/16

Denunciado: Campo Grande AC

Tipificação: Art. 206 c/c 191, III do CBJD

Jogo: Campo Grande AC X Condor AC

Categoria: Sub 15 – Série B/C



Data jogo: 29/05/2016

Representante legal dos denunciados: Ausente

Auditor relator: Dr. Leonardo Rocha de Almeida

Resultado: Por unanimidade multado o denunciado em R\$100,00 (cem reais) por minuto, sendo 30 (trinta minutos) totalizando R\$3.000,00 (três mil reais) quanto à imputação do art. 206 afastada à imputação do art. 191, III do CBJD.

Prazo de 10 (dez) dias para pagamento da pena pecuniária a contar da data da publicação.

11) Processo: nº 321/16

1º)Denunciado: Glaucio Aleixo Lima (treinador do EC Rogi Mirim)

Tipificação: Art. 258, §2º, I e II do CBJD

2º)Denunciado: Jone Alves do Nascimento Junior (atleta do EC Rogi Mirim)

Tipificação: Art. 254, §1º, I e II do CBJD

Jogo: EC Rogi Mirim X CESC Viegas

Categoria: Sub 17 – Amador da Capital

Data jogo: 28/05/2016

Representante legal dos denunciados: Ausente

Auditor relator: Dr. William Machado Lessa – Redistribuído para Dr. Leonardo Rangel de Carvalho Lemos

Resultado: Por unanimidade suspenso o 1º denunciado em 03 (três) partidas quanto à imputação do art. 258, §2º, I e II do CBJD.

Por unanimidade suspenso o 2º denunciado em 01 (uma) partida quanto à imputação do art. 254, §1º, I e II do CBJD.

12) Processo: nº 322/16

1º)Denunciado: Matheus da Silva Carvalho (atleta do AE Independente FC)

Tipificação: Art. 254-A do CBJD

2º)Denunciado: Daniel dos Santos Gonçalves (atleta do Cara Virada FA)

Tipificação: Art. 254-A do CBJD

Jogo: Cara Virada FA X AE Independente FC

Categoria: Sub 17 - Amador da Capital

Data jogo: 28/05/2016

Representante legal dos denunciados: Ausente (AE Independente FC) e Dr. Ladislau Correa de Souza Neto (Cara Virada FA)

Auditor relator: Dr. William Machado Lessa – Redistribuído para Dr. Leonardo Rocha de Almeida

Juntada procuração pela defesa.

Depoimento pessoal: Daniel dos Santos Gonçalves – RG: 28472085-1 – Detran /RJ

Perguntado pelo Presidente, respondeu:

“Que nunca compareceu a este Tribunal; que tem ciência do motivo pelo qual se encontra hoje neste Tribunal; que se encontrava junto à linha lateral de campo quando recebeu passe de seu goleiro e, ao ultrapassar seu adversário recebeu deste uma cotovelada e, com o choque se desequilibrou e foi ao chão. E que ao tentar se defender, esticou a perna não lembra de ter atingido seu adversário; que não lembra também se o árbitro estava próximo ao lance; que foi contido por seus colegas de equipe e em seguida foi expulso pelo árbitro.”

Perguntado pelo relator, respondeu:

“Que recebeu a cotovelada na altura de seu queixo e que enquanto caía recebeu dois chutes de seu adversário.”

Perguntado pela defesa, respondeu:

“Que não acertou o atleta da equipe adversária.”

Resultado: Por unanimidade suspenso o 1º denunciado em 04 (quatro) partidas quanto à imputação do art. 254-A do CBJD.
Por unanimidade suspenso o 2º denunciado em 05 (cinco) partidas quanto à imputação do art. 254-A do CBJD.

13) Conforme art. 170 § 2º do CBJD, fica o atleta amador isento do pagamento da pena pecuniária.

14) Todos os apenados com previsão dos benefícios do art. 182 do CBJD, gozarão dos mesmos por ocasião dos cumprimentos das obrigações. Deverá ser observado o § 2º do art. 170 do CBJD.

15) Todos os resultados dos julgamentos da presente sessão foram proclamados ao término de cada julgamento, em conformidade com o disposto do art. 133 do CBJD.

16) OS PAGAMENTOS DAS PENAS PECUNIÁRIAS DEVERÃO SER QUITADOS EM ATÉ 10(DEZ) DIAS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. CABE RESSALTAR, QUE NO MESMO PRAZO DEVERÁ SER COMPROVADO JUNTO À SECRETARIA DESTA



E. TRIBUNAL, O PAGAMENTO DE TAL OBRIGAÇÃO, NOS MOLDES DO CONTIDO NO ART. 176-A § 1º DO CBJD, SOB PENA DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO.

17) Os atletas não profissionais fazem jus ao benefício do art. 182 CBJD(redução da pena pela metade).

18) O Procurador se manifestou em todos os processos.

19) Sem mais, foi encerrada a sessão às 18 horas e 35 minutos.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2016.

Celso Jorge Fernandes Belmiro
Presidente em exercício

Amanda Abreu
Secretaria - TJD/RJ